



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 16 de abril de 2013

A CRITICA

Relator do projeto de resolução que unifica o ICMS pode complicar vida da Zona Franca de Manaus 1
VEICULAÇÃO LOCAL

A CRITICA

Zona Franca de Manaus ganha apoio do PSD 2
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Fiscalização da Alfândega do Porto de Manaus gera R\$ 807 mi no primeiro trimestre 4
VEICULAÇÃO LOCAL

MASKATE

KASSAB SAI EM DEFESA DA ZFM 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Relator do projeto de resolução que unifica o <u>ICMS</u> pode complicar vida da Zona Franca de Manaus		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Relator faz leitura nesta terça-feira do parecer na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

16 de Abril de 2013

ANTONIO PAULO

Brasília (sucursal) – O relator do projeto de resolução que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS entre todos os Estados brasileiros, senador Delcídio Amaral (PT-MS), faz nesta terça-feira(16) a leitura do seu parecer na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) onde deverá apresentar uma proposta de uma alíquota interestadual diferenciada de 7% para os produtos que são industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A questão é saber se essa “acomodação política” vai trazer prejuízos à Zona Franca de Manaus (ZFM), alterando o PRS 01/2013 encaminhado pelo Poder Executivo. O parágrafo único do projeto que diz: “nas operações e prestações interestaduais originadas na ZFM, bem como nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota será de 12%”.

O projeto enviado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento reduz para 4% as alíquotas interestaduais, hoje de 7% nos Estados do Sul e Sudeste e de 12% nas demais unidades da federação. Sul e Sudeste chegariam, primeiramente, a 4%, a partir de 1º de janeiro de 2016. As outras regiões teriam um período maior de transição para os 4%, índice que só seria alcançado em 1º de janeiro de 2025.

“O senador Delcídio tem compromisso conosco em não mexer na alíquota da Zona Franca de Manaus. Mas o pleito dos demais Estados do Norte é que sejam cobrados 7% na venda dos produtos da região para as demais unidades da federação e reivindicam que nas transações internas seja mantida a mesma alíquota de 12% prevista para a Zona

Franca de Manaus”, disse ontem o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). “Esse não é não tema fácil, mas acreditamos e confiamos no compromisso do relator do projeto de resolução”. Amaral não quis comentar sobre o relatório que vai apresentar nesta terça.

Em debates no Senado, a proposta enfrentou críticas dos representantes do Sul e Sudeste, que preferem uma unificação imediata em 4%, e também dos representantes das demais regiões, que aceitam no máximo uma transição de longo prazo para 4% e 7% - a alíquota maior para os estados mais pobres.

Para evitar prejuízos com a redução das alíquotas, os Estados deverão contar com dois fundos – um de compensação de receitas (FCR) e um de desenvolvimento regional (FDR), conforme a Medida Provisória 599/2012, também em exame no Congresso Nacional.

Emendas contestam benefício

Cinco emendas foram apresentadas ao projeto PRS 1/2013 e três delas tratam do parágrafo único que mantém em 12% a alíquota do ICMS nas transações realizadas no âmbito da ZFM. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quer que o benefício dado à ZFM seja estendido às operações interestaduais de toda a Região Norte. “A redação original do parágrafo único do art. 1º cria uma situação de desvantagem tributária para os da região nas operações com o Estado do Amazonas. Admitimos a necessidade de se garantir à Zona Franca de Manaus uma condição especial nas operações com o restante do país. Entretanto, nas operações dentro da região, é fundamental a manutenção do equilíbrio de condições”, argumenta o senador paraense.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus ganha apoio do PSD		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, disse que os parlamentares da sigla votarão a favor da PEC que prorroga a ZFM por mais 50 anos

Os 55 deputados federais do PSD, a terceira maior bancada na Câmara de Deputados, votarão pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 103/2011, que prorroga os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos. A PEC tem previsão de entrar em votação na primeira quinzena de junho e precisa de, pelo menos, 308 votos para ser aprovada.

O apoio do PSD à prorrogação da ZFM foi anunciado neste domingo (14) pelo ex-prefeito de São Paulo e presidente Nacional do partido, Gilberto Kassab, durante encontro patrocinado pelo governador Omar Aziz (PSD). O “café da manhã”, realizado no auditório do Hotel Caesar Business, em Manaus, contou com a participação do prefeito de Manaus, Artur Neto (PSDB), da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), da secretária de Governo Rebecca Garcia de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais.

Além da prorrogação da ZFM, o encontro do PSD tem como pano de fundo a votação da PEC que trata do ICMS diferenciado de 12% para o Amazonas. “Agradeço a generosidade do nosso partido em compreender a importância do Amazonas e da Zona Franca. Trago oficialmente o apoio do nosso partido para aprovarmos o mais rápido possível esse projeto”, declarou Kassab.

O presidente nacional do PSD defendeu que a perenização do modelo ZFM é necessária. “Após a aprovação é evidente que nós temos que começar a pensar numa Zona Franca permanente”, disse.

Com a participação dos líderes do PSD no Senado, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), e na Câmara de Deputados, deputado federal Eduardo Sciarra (PSD-PR), o governador Omar Aziz garantiu esforços nas duas Casas para a aprovação das propostas que beneficiam o Amazonas. “São iniciativas como essas que nos farão alcançar os nossos objetivos, que são aprovar a prorrogação e, principalmente, a Resolução que nos dá o diferencial do ICMS lá no Senado”, disse Omar Aziz.

A expectativa do governador é que o Governo Federal mantenha o compromisso assumido nas eleições de 2010, quando Omar apoiou a eleição de Dilma. “Ela se comprometeu conosco com essas três questões (prorrogação da ZFM, extensão dos benefícios à Região Metropolitana de Manaus e autonomia na produção de energia elétrica). Em 2010 o povo amazonense fez a sua parte”, lembrou Omar.

Omar afirma que não é candidato

“Eu não sou candidato a nada por enquanto. Não existe a menor possibilidade de eu estar discutindo a eleição faltando um ano e meio pra acontecer”, disse neste domingo (14), o governador Omar Aziz (PSD), ao comentar a pesquisa divulgada na última terça-feira (9) pelo líder da maioria na Assembleia Legislativa (ALE-AM), Chico Preto (PSD). A consulta coloca Omar com 55% das intenções de voto para o Senado.

“Não existe isso. Eu não entro nessa pegadinha não. O meu adversário (senador Alfredo Nascimento) na última eleição pensava dessa mesma forma. Pesquisa é momento. A eleição é no ano que vem. O que digo aqui é que pesquisa pode dar 100% e isso não vai mexer nos objetivos que tenho com o governo”, afirmou o governador.

Na pesquisa encomendada pelo líder dos partidos que apoiam o governo de Omar, os 1.100 entrevistados foram perguntados se votariam em Omar Aziz, Alfredo Nascimento ou Amazonino Mendes se a eleição para o Senado fosse hoje. A sondagem foi feita pela empresa Perspectiva entre os dias 4 e 6 deste mês.

O governador apareceu com 55% das intenções de votos, Alfredo com 14% e Amazonino com 95%. “O que vai ser do meu futuro político não depende só de mim. A questão eleitoral é muito cedo pra se fazer uma avaliação”, disse Omar.

‘Ficaria honrado em ter Artur no PSD’

O presidente nacional do PSD, e ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, avaliou que a possível candidatura do governador Omar Aziz (PSD) ao Senado “será muito bem vinda (ao partido)”. “(O Omar) será um grande senador”, disse Kassab, que também fez um afago no prefeito de Manaus, Artur Neto (PSDB). “O Artur tem uma ótima relação

comigo também e como presidente do PSD ficaria muito feliz de ter um quadro como o Artur filiado ao partido”, disse. O tucano de **Manaus** ameaçou sair do PSDB caso o partido vote contra a PEC da **Zona Franca**.

Kassab afirmou que em São Paulo o partido “está caminhando para ter uma candidatura a governador”, mas não confirmou se ele será o candidato. Hoje o PSD está fora tanto do governo de São Paulo, comandado pelo tucano

Geraldo Alckmin (PSDB), quanto da prefeitura, que está sob o comando do petista Fernando Haddad (PT).

Questionado sobre os interesses do PSDB e do PT, contrários às intenções do PSD com relação à **Zona Franca** de **Manaus**, o líder do PSD minimizou o conflito. “Vim aqui trazer a voz do partido em nível nacional. Nós temos que aprender a pensar no Brasil. A questão agora é o **Amazonas** e todos nós temos que compreender que o **Amazonas** precisa da **Zona Franca**”, disse.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Fiscalização da Alfândega do Porto de <u>Manaus</u> gera R\$ 807 mi no primeiro trimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Atuando também fora do Amazonas, a ação aplicou autos de infrações e propostas de inaptidão do CNPJ em empresas que atuam nos estados de Roraima e Rondônia.

Manaus – A Alfândega da Receita Federal no Porto de **Manaus** realizou, no primeiro trimestre deste ano, oito fiscalizações aduaneiras que resultaram no lançamento de créditos tributários no montante superior a R\$ 807 milhões. Desse total, quatro foram promovidas na capital amazonense, duas em Roraima e duas em Rondônia.

Uma das fiscalizações, que resultou no lançamento do valor de mais R\$ 770 milhões, apurou o descumprimento do processo produtivo básico (**PPB**) por parte de uma empresa do Pólo do Industrial de **Manaus (PIM)**.

O **PPB** é requisito indispensável para que a empresa possa usufruir dos incentivos relativos ao Imposto de **Importação** (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS e COFINS, dentro da **Zona Franca** de **Manaus**.

Atuando também fora do **Amazonas**, a fiscalização da Alfândega aplicou autos de infrações e propostas de inaptidão do CNPJ em empresas que atuam nos estados de Roraima e Rondônia.

Essas ações alcançaram, nos primeiros três meses do ano, lançamento de créditos tributários superior a R\$ 25 milhões.

Essa atuação da Alfândega do Porto de **Manaus** em outros estados foi permitida para otimizar a utilização dos recursos humanos na 2ª Região Fiscal, que é composta pelos estados do Norte, exceto Tocantins, mediante a alocação das ações de fiscalização aduaneira de zona secundária nas unidades com maior especialização na atividade.

Com isso, a Alfândega do Porto de **Manaus** pode promover fiscalizações aduaneiras em zona secundária nos estados de Roraima, Rondônia e Acre.

Os procedimentos de diligência e de informação fiscal relativos à área de **comércio** exterior são promovidos pelo Serviço de Fiscalização Aduaneira (Sefia) da unidade, que realiza as fiscalizações aduaneiras, inclusive as atividades de revisão de declarações.

O inspetor Osmar Félix informa que, apesar dos resultados positivos, os trabalhos da fiscalização irão aumentar.

“A Alfândega do Porto de **Manaus** intensificará suas ações para combater o mau contribuinte, pois cumprir suas obrigações principais e acessórias é o dever de qualquer empresa”, comentou. “Em caso de dúvidas, estamos sempre à disposição para atender o contribuinte”.

O crédito tributário é a quantia devida a título de tributo, sendo o objeto da obrigação jurídica tributária.

Já o lançamento é o ato administrativo que torna certa a cobrança do crédito tributário, que consubstancia o crédito tributário e declara formalmente quem é o contribuinte e quanto ele deve à Fazenda Pública.

Os créditos tributários não representam recursos em caixa imediatamente, já que as empresas atuadas ainda podem recorrer das auditorias e revisões feitas pela Receita Federal do Brasil, questionando os procedimentos adotados.

Em 2012 as operações de fiscalização da Receita Federal, em todo o Brasil, tiveram recorde de créditos tributários de 115,8 bilhões de reais, aumento de 5,6% na comparação ao ano de 2011.

	VEÍCULO MASKATE	EDITORIA	
	TÍTULO KASSAB SAI EM DEFESA DA <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, esteve nesse domingo (13), em Manaus, e garantiu apoio em favor da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/2011. “Espero que a gente possa, o mais rápido possível, ver aprovada a PEC e, com isso, dar tranquilidade para quem quer investir aqui”, destacou o ex-prefeito de São Paulo.

A declaração aconteceu durante evento organizado pelo PSD. Tendo à frente o governador Omar Aziz, presidente da legenda no Estado, o evento contou ainda com a presença do líder do partido na Câmara Federal, deputado Eduardo Sciarra, do Paraná, e o senador Sérgio Petecão (PSD/AC), além de prefeitos do interior do Amazonas, incluindo o de Manaus, Arthur Virgílio Neto, deputados estaduais e federais e a senadora Vanessa Grazziotin.

Perenização do modelo

Além de defender a prorrogação, Kassab disse que, em um outro momento, será necessário defender a perenização do modelo Zona Franca de Manaus por ajudar a alavancar o desenvolvimento regional.

Omar Aziz e o próprio Kassab lembraram que a defesa da ZFM está garantida, de forma inédita, no Estatuto do PSD, sendo uma das condições acordadas por ocasião da fundação do partido.

Também, de acordo com o governador, foi um dos três compromissos assumidos pela presidenta Dilma Rousseff, com ele em troca de apoio à eleição dela no segundo turno, em 2010. “Pedi a ela que nos ajudasse a prorrogar a Zona Franca e expandi-la para a Região Metropolitana, que nos ajudasse a resolver o nosso problema de energia e com a mobilidade urbana”, ressaltou o governador.

Unificação da alíquota

Além da PEC da Prorrogação, o Governo Federal encaminhou ao Senado Federal, proposta de Resolução que unifica a alíquota do ICMS em 4% para todos os Estados federados. Ao mesmo tempo, a medida exclui o Amazonas, que permanecerá com ICMS diferenciado de 12%, em razão da ZFM. A medida de unificação do ICMS pretende por fim à guerra fiscal.

Em contrapartida, o Governo Federal pretende criar um fundo de compensação e um fundo de desenvolvimento regional para recompor perdas dos Estados com a redução e unificação da alíquota do ICMS interestadual.

PEC em discussão

Relator da PEC da Prorrogação da Zona Franca de Manaus na Comissão Especial criada na Câmara Federal, o deputado Silas Câmara (PSD/AM) afirma que vai lutar para que o projeto não sofra emendas que prejudiquem sua finalidade.

Segundo ele, o próximo passo após a formação da comissão é a realização dos debates envolvendo os órgãos federais ligados à Zona Franca de Manaus, como os Ministérios da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Fazenda, Suframa e Sudam; e representantes das indústrias e dos trabalhadores. “Espero que a comissão especial aprove o meu relatório e o meu parecer até o final de maio para poder encaminhar ao presidente da Câmara, Henrique Alves, submeter ao plenário da Casa”, disse Câmara.